



Governo Federal
Ministério da Integração Nacional
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

3ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do PISF

Brasília
17 de março de 2016
(*Transcrição ipso verbis*)

1 **O SR. ALBERTO EVANGELISTA (MF):** Alberto Evangelista, da Secretaria de
2 Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

3 **O SR. RICARDO COELHO (MF):** Ricardo Coelho, também da Secretaria de
4 Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

5 **O SR. GUILHERME GODOI (MME):** Boa tarde, Guilherme Godoi da Secretaria de
6 Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

7 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** Boa tarde a todos, Renato Dalla Lana,
8 Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia.

9 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Boa tarde, João Lotufo da Agência Nacional de
10 Águas.

11 **O SR. JOSÉ LUIZ (MI):** José Luiz, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de
12 Infraestrutura Hídrica.

13 **O SR. VANDIR CASSIANO (MI):** Vandir Cassiano, Secretaria de Infraestrutura
14 Hídrica, Assessor Especial.

15 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Bom, vamos começar. A primeira parte que
16 consta na nossa pauta é a apreciação e aprovação da ata da reunião passada. Ela foi
17 motivo de degravação, eu mandei para vocês. Não sei se existe alguma modificação a
18 ser feita ou não. Se não tiver vamos proceder e cobrar a assinatura de todo mundo para a
19 gente poder deixar essa parte documental resolvida. Alguma manifestação? Então está
20 aprovada. A gente vai coletar as assinaturas. Vou pedir para o Vandir depois pegar a
21 assinatura de todo mundo.

22 A segunda parte também é um assunto que nós tratamos na reunião passada que é a
23 questão do regimento interno, que era uma missão que o ministro tinha que publicar e
24 está publicado, conforme a manifestação que nós tivemos das partes. O que teve de
25 mudança foi muito pouco em relação ao que nós propusemos. Foram acatadas, então
26 também acho que não existe divergência em relação a isso e é para tomar conhecimento
27 todo mundo. Alguma manifestação? Então vamos dar por vencida essa parte burocrática
28 da reunião e vamos começar agora as nossas considerações.

gum

RD

SK

2

Handwritten signature and initials in blue ink.

29 Para todos nós termos ciência, conforme foi explicado na última reunião, essa obra é
30 uma prioridade no governo da presidenta Dilma e nós estamos trabalhando fortemente
31 com o objetivo de concluir essa obra até o final deste ano, o que nos coloca prazos a
32 serem feitos em relação às providências porque o que a gente não quer aqui é terminar a
33 obra e não conseguir aduzir por falta de questões operacionais. Nós lembramos que nós
34 vamos ter que ter uma licença de operação por parte do IBAMA, nós vamos ter que ter a
35 regulamentação da ANA liberando também a obra para fazer isso, nós precisamos ter
36 energia elétrica para poder tocar as bombas. Então isso tudo empurra para um
37 calendário que nós vamos ter que trabalhar de agora em diante, por isso esse Conselho
38 tem que funcionar de uma maneira mais célere até do que eu pensava, imaginava lá no
39 começo do ano passado. Nós fizemos uma reunião seis meses atrás, no final desta
40 reunião eu vou propor uma reunião extraordinária, vou explicar o porquê da data que eu
41 vou propor, para que a gente consiga caminhar em relação a isso.

42 Dando continuidade a isso, existe um documento que esse conselho vai ter que apreciar
43 que é o PGA, Plano de Gestão Anual. Esse PGA, que vai ser elaborado pela Codevasf,
44 submetido a nós e passado pela ANA, como agência reguladora, ele tem várias questões
45 que são relativas aos contratos entre a Operadora Federal e as Operadoras Estaduais e
46 uma cláusula fundamental para que isso aconteça é a questão do volume de água a ser
47 aduzida a cada estado. Lembramos que pelo Termo de Compromisso assinado em 2005,
48 o custo operacional dessa água é para ser rateado entre os quatro estados receptores,
49 proporcional, é óbvio, ao volume de água que cada um obtiver nessa divisão. Isso é
50 fundamental por quê? Porque nós temos que contratar, antes de entrar em operação, a
51 energia elétrica para acionar essas bombas e sem saber o volume que nós vamos aduzir
52 isso não é possível porque é uma compra casada, se nós não usarmos essa energia com
53 certeza nós pagaremos por ela. Então não tem como a Codevasf, como Operadora
54 Federal, contratar essa energia sem saber o volume de água que cada estado está
55 pensando. E isso é fundamental por quê? Dependendo do estado temos mais caminhos
56 ou menos caminho de bombas a serem acionadas. Então esse cálculo tem que ser feito e
57 essa distribuição tem que ser acordada entre as partes. Lembramos que quando da
58 outorga concedida de 26,4 m³/s foi feita uma divisão teórica de volume de água, que a
59 grosso modo era 11 m³/s para o Ceará, 6m³/s para Pernambuco, 6 m³/s para Paraíba e
60 2,9 m³/s para o Rio Grande do Norte. Dentro desse volume nós temos que dizer o
61 seguinte: esses eram volumes estimados para efeito de outorga. Cada estado terá que

7m RLO 3

+



62 apresentar a sua manifestação para saber se será necessário bombear os 26 m³/s ou não,
63 e se houver a necessidade de algo a mais nós temos que ver que estado poderá ceder
64 isso ou não. Se não houver acordo entre partes e todo mundo quiser mais água nós
65 vamos manter o volume que lá está estabelecido na questão inicial, mas isso é uma
66 questão que cada um tem que se manifestar. Lembrando que quem pedir a água pagará
67 por essa água. Ok? Então é fundamental que nós, vou inverter o item, vou colocar o
68 item “e”, o ofício que o Ministro da Integração passou para os estados se manifestarem
69 sobre as suas Operadoras Estaduais, lembrando que naquele Termo de Compromisso de
70 2005 existe toda uma série de obrigações que os estados têm que fazer para tornar
71 possível a Licença de Operação. O João pelo estado da Paraíba, o Marcelo pelo estado
72 de Pernambuco, eu acho que agora está completa a colocação de todos os estados
73 receptores. Então senhores eu estou aqui descrevendo a necessidade e a importância de
74 nós definirmos que os estados se manifestem em relação ao volume de água a ser
75 aduzido a cada estado. Nós temos um prazo para contratar essa energia e nós temos um
76 prazo para iniciar essa operação. É claro que existem outras questões técnicas que terão
77 que ser resolvidas antes do início de operação desse sistema, tal como a celebração do
78 contrato entre as Operadoras Estaduais com a Operadora Federal, a definição da
79 garantia que será usada pelos estados, a definição de como será a cobrança pela água e
80 exatamente a posição de quem será responsável por isso, além das outras obrigações em
81 termos de organizar o consumo e as taxas pelo consumo de água em cada estado que
82 também é uma das obrigações que estão previstas no Termo de 2005. Então eu gostaria
83 que, se possível nessa reunião, os quatro estados receptores se pronunciassem sobre
84 essas questões que eu fiz aqui essa colocação que inicia o nosso debate. Teixeira puxa a
85 fila. Você é o que mais sabe, sabe mais do que eu, então é fácil puxar a fila.

86 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** No caso do Ceará, o governador já
87 respondeu o requerimento do ministério colocando a COGERH como órgão operador
88 estadual, que deverá receber essa água aduzida pelo Projeto São Francisco e fazer a
89 alocação no âmbito do estado.

90 A questão do pagamento da água, sim, primeiro, a questão da quantidade acho que é
91 uma discussão conjunta em função do valor da água também porque eu acho que pelo
92 jeito que está a seca na região se puder mandar os 26,4m³/s para o Ceará a gente aceita,
93 em termos de necessidade, mas tem que ver o que é que cabe em termos de orçamento

94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

4

94 do setor de recursos hídricos do estado e do próprio estado. A grande questão que a
95 gente enxerga no caso do nosso estado é o salto no valor da cobrança de água que nós
96 vamos dar em função da necessidade de absorver o custo da água do São Francisco.
97 Para se ter uma ideia, quem paga mais à companhia de gestão de recursos hídricos, a
98 tarifa mais alta, é a tarifa da indústria que recebe água bruta, no caso do Ceará
99 majoritariamente as indústrias recebem água bruta e são usuárias da companhia de
100 gestão e não da companhia de saneamento, e o valor dessa água está em torno de dois
101 reais o metro cúbico. A irrigação é um preço ainda que a gente está procurando dar o
102 salto, mas jamais conseguirá se enquadrar na realidade do custo da água do São
103 Francisco e o Projeto é pensado, como ele foi pensado, e para nós também, é levar água
104 para o atendimento das cidades, dos centros urbanos, sobretudo para o abastecimento
105 humano, do setor de serviços, comércio, indústria dentro das cidades e sobrar a água
106 do interior em uma quantidade maior para o atendimento das atividades rurais que têm
107 menor capacidade de pagamento e precisa ter uma disponibilidade dessa oferta local de
108 água que seria uma água mais barata. A gente enxerga que chegando o São Francisco é
109 como se, vamos supor, eu vou dar um chute, a COGERH arrecada 100 milhões de reais
110 por ano, arrecadou 87 no ano passado e tem uma expectativa de arrecadar um pouco
111 mais de 100 milhões este ano. Ora, a conta nossa, dentro de uma certa magnitude da
112 quantidade de água que deverá receber, deverá passar dos 100 milhões, cento e tanto
113 milhões anuais, de reais, é como se eu pegasse a tarifa hoje do usuário da COGERH e
114 dobrasse, dobra o valor da tarifa para o usuário, se for o contrato do operador federal
115 assinado direto com a COGERH. Então uma das coisas que nós estamos discutindo no
116 âmbito do estado, que é uma discussão que já tinha nesse ministério já um tempo atrás,
117 desde a época dos primeiros estudos da FGV, é a questão da securitização do valor da
118 água, ou do seguro oferecido pelo Projeto São Francisco, na conta do usuário final. Se a
119 gente pegar cem milhões de reais ou cento e cinquenta milhões e dividir por um milhão,
120 um milhão e meio de contas que tem nas cidades do Ceará, sobretudo na região
121 metropolitana, que serão atendidas pelo Projeto São Francisco, que terão sua oferta mais
122 garantida, dá cem reais por unidade, cem reais por conta, por ano. Cem reais dividido
123 por doze dá dez, oito reais por mês, então assim eu enxergo muito a questão da forma de
124 pagamento securitizando na conta do usuário final nas cidades, na companhia de
125 saneamento, algo que a gente está procurando amadurecer, claro que isso vai obrigar o
126 governador do estado possivelmente a mandar uma lei para a assembleia legislativa para
127 aumentar em dez por cento, vinte por cento, ou mais, a conta do usuário de água. Eu

9^m

RSO

SB

128 Teixeira, na minha casa lá em um bairro de Fortaleza, eu pago cem reais por mês de
129 água, da companhia de saneamento, vou pagar cento e dez, cem reais é a conta normal
130 da CAGECE e dez é a cota para o Projeto São Francisco, que iria direto para a conta da
131 Codevasf, mas seria cobrado pela empresa de saneamento. É uma sugestão a ser
132 discutida, claro que de outra forma é dobrar praticamente o preço que já se cobra do
133 usuário da COGERH. Uma coisa é você diluir em trezentos usuários que pagam água
134 bruta, outra coisa é diluir em um milhão e meio de usuários que são da companhia de
135 saneamento. A companhia de saneamento, que trabalha no varejo, tem mais usuários
136 para diluir. A companhia de gestão de água, como trabalha no atacado, tem menos
137 usuários de água para diluir. Então é o que estamos pensando, estamos discutindo, é
138 uma discussão que ainda está fechada no estado, claro que quem vai bater o martelo é o
139 governador, tem que possivelmente mandar uma lei para a assembleia, eu não sei qual é
140 o normativo legal que vai ser preciso para estabelecer isso, mas as discussões estão
141 caminhando por aí.

142 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Marcelo.

143 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Marcelo, só um minuto, me desculpe, só
144 para colocar a questão da demanda, para vocês terem uma ideia hoje da realidade de
145 necessidade de água, que não dever ser diferente da de outros estados do nordeste, no
146 vale do Jaguaribe, no Ceará, que é integrado à região metropolitana, em que nós
147 estamos com nossos reservatórios principais abaixo, o Orós ainda tem mais de trinta por
148 cento, mas o Castanhão está com nove por cento, mas já estamos segurando a água para
149 a atividade econômica, nós temos uma demanda, por baixo, hoje, de trinta e dois metros
150 cúbicos por segundo, só para vocês terem uma ideia de como o Projeto do São
151 Francisco, se for encarado dentro de uma realidade de que os estados encarem como
152 sustentável, que tenham que pagar essa água, ou seja, a necessidade é grande, o Projeto
153 já nasce, nesse primeiro momento, subdimensionado, a meu ver, em termos de tanto de
154 bombas que está lá, embora ele tenha a capacidade física bem maior, mas em termos de
155 outorga ele já está subdimensionado. Eu quero dizer que nós vamos ter que discutir,
156 acredito que é a opinião de outros estados, a flexibilização dessa outorga junto à
157 Agência Nacional de Águas. A meu ver, tecnicamente não dá, claro que desde que se
158 pague a água porque não adianta querer mais água se não...

4m RSG

SSJ

159 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** É porque senão os outros estados vão gostar muito
160 de dar a água e ainda pagar parte da conta, vai ser maravilhoso...

161 **O SR. MARCELO ASFORA (SRH-PE):** Boa tarde a todos. Eu acho que... Eu fico
162 muito feliz em o Teixeira começar falando porque o único estado que tem a questão da
163 transposição resolvida do ponto de vista legal e estrutural é realmente o Ceará que tem
164 uma companhia que entrega água bruta, que administra e entrega água bruta. Em
165 Pernambuco nós tivemos algumas reuniões com objetivo de trazer essa definição quanto
166 às responsabilidades dos diversos órgãos do estado em relação a essa água e a forma
167 com que ficou resolvida é que nós iríamos, nós não iríamos modificar a lei hoje no
168 estado, há um entendimento que nesse primeiro momento, considerando que vamos ter
169 que fazer diversas adequações, nós iríamos nos adequar àquilo que hoje a lei diz e a lei
170 hoje coloca que o responsável pela operação dos reservatórios do estado, operação,
171 manutenção e conservação dos reservatórios do estado é a Secretaria Executiva de
172 Recursos Hídricos da Secretaria do Desenvolvimento Econômico. A operacionalização
173 interna aí é outra questão. Como a agência vai participar com outros entes do estado vão
174 participar... Mas para efeito de definição junto a este Conselho e junto ao Ministério a
175 responsabilidade é da Secretaria Executiva de Recursos Hídricos, o professor Almir
176 Cirilo que é o Secretário Executivo.

177 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Já oficializaram isso?

178 **O SR. MARCELO ASFORA (SRH-PE):** Teve a reunião ontem com o Secretário, eu
179 não trouxe nenhum documento, mas é predefinição feita, é decisão tomada. Eles devem
180 oficializar isso, o Secretário deve oficializar junto ao Ministério.

181 Em relação à questão do valor, depois de começado, que vai ser... a garantia em relação
182 ao pagamento dessa água, na verdade no nosso caso a questão até fica um pouco mais
183 confortável porque se nós considerarmos a amortização do investimento feito na
184 Adutora do Agreste e outras infraestruturas que estão sendo pagas pela União o custo
185 dessa água realmente sai baixo. Então a Compesa fez as suas avaliações, mesmo tendo
186 que... e é o principal usuário de água no estado e ela entende que o custo dessa água
187 para abastecimento urbano, ou seja, tanto industrial quanto doméstico, a gente não tem
188 uma separação sobre isso, quer dizer, os municípios, as cidades são atendidas e dentro
189 delas você tem diversos tipos de usuários. Então o entendimento é que, a princípio, é

190 muito mais barato para a Compesa operar um grande sistema do que hoje quando ela
191 opera diversos sistemas, estações de tratamento, enfim, o custo de operar difuso é muito
192 maior. Quanto à questão mais formal, como o estado vai tratar isso, vai acontecer uma
193 reunião com a Secretaria de Planejamento. Tem que se entender que qualquer despesa
194 do estado, principalmente no momento que nós temos um problema fiscal, ou seja, o
195 limite para realização de despesas está muito curto, mas o entendimento disso tem que
196 ser conversado com a Secretaria de Planejamento, até porque tem que entrar no
197 orçamento, você não pode fazer a despesa sem que antes esteja prevista no orçamento.
198 Então ainda vai acontecer essa reunião e acredito que a partir dessa reunião teremos as
199 definições relacionadas a essas questões. E a questão das garantias, isso foi tocado na
200 reunião, acredito que a forma mais segura é você incorporar à conta de água, onde você
201 tem o maior contingente de clientes cadastrados de fato, onde você já tem um sistema
202 operacional de cobrança em relação a essas pessoas, essas economias e é como o
203 Teixeira falou, é como você pode ratear de uma forma que cause o menor impacto aos
204 usuários de água. Então a princípio, é uma coisa em que houve um consenso e não
205 houve uma discussão, a questão agora é a operacionalização e isso passa pela Secretaria
206 de Planejamento, Fazenda, enfim... e essa reunião ainda deve acontecer. Basicamente é
207 isso.

208 **O SR. MARCELO ASFORA (SRH-PE):** Mairton

209 **O SR. JOSÉ MAIRTON (SEMARH-RN)** Boa tarde, realmente falar depois do
210 Teixeira e do Asfora a gente tem pouco o que falar aqui com relação a essas questões de
211 segurança, de tarifa, volume, não é Osvaldo? A gente também está esperando... seria
212 em função da tarifa. Neste momento nós estamos com mais de vinte e um municípios
213 em colapso no estado, até julho a gente vai estar com mais vinte e sete, quase cinquenta
214 municípios em colapso de abastecimento e de fato a demanda hoje, a necessidade do
215 estado realmente é muito grande e vem aumentando a cada dia que se passa e que se
216 prolonga essa estiagem. O órgão operador a gente já encaminhou um ofício, não sei se
217 já foi confirmado...

218 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Sim.

219 **O SR. JOSÉ MAIRTON (SEMARH-RN)** Será o IGARN como está no Termo de
220 Compromisso assinado, originalmente. O IGARN é um órgão que precisa ser

 8

221 fortalecido para operar de fato essa água. A gente tem hoje já, semana passada, nós
222 publicamos o decreto regulamentando a estrutura administrativa e organizacional do
223 instituto, estamos agora fechando um plano de fortalecimento, criação de cargos,
224 especialistas para um concurso público ainda este ano, ou seja, a gente ainda está muito
225 no começo dessa parte da estruturação do órgão mas a gente tem essa meta, até o final
226 desse ano, publicar o projeto de lei a ser encaminhado à assembleia, porque a criação de
227 cargos é por meio da assembleia, esses cargos não estão criados ainda, para que o
228 IGARN possa de fato operar de maneira eficiente essa água.

229 A questão da securitização eu acho realmente que é a maneira mais segura de trabalhar,
230 também já começamos a conversar, inclusive eu queria agradecer o Paulo Varela da
231 ANA, porque estivemos com ele semana passada e já começamos a conversar um pouco
232 sobre essa questão geral da operacionalização do PISF. O estado do Rio Grande do
233 Norte tem uma característica diferente dos outros que a gente só vai receber água nesse
234 primeiro momento pela perenização do Rio Piranhas. Só em um segundo momento
235 quando o Canal do Apodi estiver concluído é que a gente vai receber por canal,
236 perenizando Pau dos Ferros no oeste do estado. Ou seja, tem muitas questões a se fazer,
237 e eu já fiz outras reuniões no Rio Grande do Norte, com o órgão operador, o IGARN,
238 para a gente inclusive poder até mesmo elaborar bem essas questões para trazer para
239 discussão aqui no Conselho, tem muito ainda o que ser discutido. Eu acho que não tem
240 mais... as questões foram essas: órgão operador, o volume e a parte do fortalecimento do
241 IGARN. A questão da cobrança, inclusive, da água eu destaco inclusive uma rodada em
242 todos os comitês de bacia do estado agora recentemente e nós vamos começar a discutir
243 isso com a sociedade e eu acho que até o final desse semestre a gente está
244 encaminhando um projeto de lei também para regulamentar uso da água no estado.
245 Claro que não vai ser esse ano que a gestão estruturada vai ser resolvida nessa área. Da
246 mesma maneira que Asfora falou a gente precisa também se reunir com a Secretaria de
247 Planejamento, que envolve várias outras questões, a questão da tarifa inclusive e
248 também a questão orçamentária para a gente discutir com a SEPLAN. Isso também já
249 está agendado, possivelmente o mês que vem a gente vai estar com a tributação e com a
250 Secretaria de Planejamento para discutir essas questões a respeito de tarifação, de
251 operacionalização de maneira geral.

252 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** João...



253 **O SR. JOÃO AZEVEDO (SERHMACT-PB):** Boa tarde a todos. Eu acho que a
254 leitura que o Teixeira fez é exatamente a compreensão de todos os estados. A questão da
255 vazão, se nós pudéssemos pleitear com certeza seria maior do que está estabelecido para
256 o estado em função exatamente desses cinco anos de estiagem, então com certeza essa
257 questão vai precisar ser levantada junto à ANA para que a gente possa rediscutir isso.
258 Com relação ao órgão, no caso da Paraíba será a AESA, um órgão que existe e faz o
259 monitoramento das barragens, é quem é responsável pela captação de água bruta, sendo
260 que o sistema na Paraíba vai ter, diferentemente do Ceará, já que a nossa companhia de
261 águas opera também adutoras de água bruta e como a distribuição dessas águas na
262 Paraíba, parte dela será feita através de adutoras, inclusive estamos trabalhando para a
263 conclusão do seu projeto. O sistema será misto em termos de gestão das águas e aí nesse
264 aspecto tem uma facilidade porque como a companhia é quem faz a cobrança da água
265 do usuário final facilita de certa forma o trabalho. Com relação à estrutura da AESA nós
266 estamos nesse momento inclusive trabalhando com o Banco Mundial...

267 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Já está formalizado que é a AESA ou é só uma
268 decisão interna?

269 **O SR. JOÃO AZEVEDO (SERHMACT-PB):** Já está formalizado há muito tempo...

270 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Mas você já mandou a resposta do Ofício? Ainda
271 não, não é?

272 **O SR. JOÃO AZEVEDO (SERHMACT-PB):** Ainda não. A grande questão é a
273 segurança do próprio sistema, a garantia da operação do próprio sistema, se nós
274 estivéssemos discutindo isso talvez em 2014 as mudanças seriam muito mais fáceis,
275 hoje a situação dos estados, a situação financeira dos estados é muito séria, todo mundo
276 sabe, a receita caindo, mas claro que isso é um compromisso já assumido muito tempo
277 atrás. No nosso entender, nas negociações, nas discussões que estamos tendo internas, a
278 tendência é fazer a divisão no universo de usuários do sistema como um todo. Lá são
279 oitocentos e quarenta mil economias na Paraíba e talvez o caminho seja esse, não
280 fechamos ainda o modelo, mas a tendência é essa, pelo valor efetivamente, se a gente
281 fizer uma estimativa dentro dos valores que a Agência Nacional colocou e com a vazão
282 prevista de cinco e noventa e cinco para a Paraíba nós teríamos hoje um desembolso de
283 em torno de sete milhões e duzentos mil mensais. Isso claro, tem que ser viabilizado,

284 não só pela companhia, mas também pela própria receita da AESA que faz cobrança de
285 água bruta. Está sendo nessa direção que a Paraíba está caminhando.

286 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Eu vou fazer alguns comentários e em seguida eu
287 vou abrir a palavra para os representantes federais só para a gente não perder o foco.

288 A primeira coisa é que ficou claro que os quatro propuseram a securitização como sendo
289 um formato para a gente avançar na questão do pagamento desta conta.

290 A segunda coisa é que, Mairton, você falou que em função do valor você vai definir o
291 volume, sim, nós precisamos do inverso, nós precisamos do volume para a gente poder
292 começar a definir a conta porque a conta tem uma parte variável e uma parte fixa. Então
293 nós precisamos saber isso, por isso que eu estou falando, nós podemos ter uma
294 estimativa, a ANA pode até passar depois para vocês a estimativa em relação ao volume
295 médio, mas é uma estimativa que nós só vamos conseguir confirmar quando nós
296 comprarmos a energia e quando nós tivermos os volumes a serem aduzidos definidos.

297 **O SR. JOSÉ MAIRTON (SEMARH-RN):** Nesse caso a gente vai para o limite
298 máximo da necessidade.

299 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Ok. E a questão que o Teixeira falou em relação a
300 leis estaduais, ao nosso modo de ver, se realmente for caminhar para o caminho da
301 securitização serão necessárias leis estaduais. Isso obriga a que a gente tome atitudes
302 céleres porque senão nós iremos chegar no seguinte ponto: nós vamos acabar a obra em
303 dezembro e não conseguiremos aduzir água. Então nós precisamos disso bastante
304 configurado e concretizado. Eu vou abrir... Alguém quer falar alguma coisa, do governo
305 federal?

306 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Primeiro obrigado Osvaldo, só
307 reforçando... deu para sentir uma posição bastante agregadora da posição dos quatro
308 estados com o que o governo está propondo e eu acho que o fundamental, inclusive,
309 para os estados que ainda precisam fazer a discussão no âmbito das suas equipes
310 internas, de planejamento, fazenda, seria a gente ter, acho que é o que eu que o Osvaldo
311 vai propor de forma mais concreta, um espaço para que a gente apresente os estudos que
312 foram feitos até agora, porque eu acho que isso tende a facilitar muito o debate no
313 âmbito dos estados até porque pelo que eu estou sentindo aqui a tendência de a gente

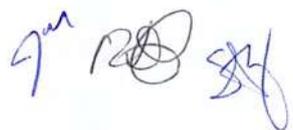
314 chegar a um denominador comum vai ser bem grande, não vamos ter muitos problemas.
315 Acho que a tese de buscar o maior número de divisão, do ponto de vista da conta, é a
316 tese que praticamente a gente acha a melhor que é o que vocês já estão trabalhando, a
317 tese da securitização como o próprio Osvaldo reforçou também. Pelo que eu estou
318 entendendo aqui a conta, Osvaldo, nós temos que trabalhar já pelo máximo possível,
319 independente do que cada um dos estados coloque, a tendência até porque eu acho que o
320 valor que vai acabar sendo colocado no final não tende a ser o impeditivo, talvez a
321 discussão maior seja como é que nós vamos dividir o valor total que a gente tenha
322 disponível de água. Então eu deixo para ti o encaminhamento porque acho que estamos
323 em um caminho bastante convergente.

324 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Eu gostaria agora, eu vou explicar uma posição
325 minha, não discuti isso a nível de governo federal mas vou deixar isso claro, eu não
326 encaro, pode estudar isso, estudar esse assunto profundamente, eu não encaro como uma
327 conta a ser paga esse é um serviço novo que será prestado e alguém precisa pagar por
328 esse serviço. Não se trata de uma conta que para a existência do estado isso é
329 necessário, é diferente. Então a gente não encara isso como sendo uma conta a ser
330 onerosa no orçamento estadual, esse é o enfoque que nós vemos, então por isso é que
331 nós, internamente, conversamos muito, vamos fechar a posição do governo federal, mas
332 a securitização é também vista por nós como sendo a alavanca no motor da estabilidade
333 econômica desse sistema senão não será possível realmente, a gente entende que dá para
334 o estado arcar com uma conta de cento e sessenta, cento e cinquenta milhões de reais
335 igual o Ceará seria se recebesse esse volume por ano novo no seu orçamento. Mas vai
336 ter uma contrapartida de uma receita por conta do serviço prestado e isso tem que ficar
337 muito claro em relação ao sistema como um todo. Como o Gilson falou o que nós
338 vemos aqui é o seguinte, nós temos uma questão de prazo e uma questão de necessidade
339 de tomar uma série de resoluções no meio do caminho. Então o que a gente vai propor
340 aqui, agora, em função de toda essa discussão que nós já tivemos e avançamos em
341 relação a isso, é que nós fizéssemos, entre o dia quinze e o dia vinte de abril, reuniões
342 com equipes técnicas dos estados, equipes técnicas que tivessem pessoas da área de
343 hidrologia, das secretarias, e pessoas da área da fazenda e de governo porque a decisão,
344 nós entendemos que é uma decisão que não será tomada no âmbito das secretarias
345 estaduais de recursos hídricos, ela será tomada no âmbito de governo estadual, portanto
346 é fundamental que venham técnicos da fazenda estadual e da casa civil estadual para

347 que a gente consiga esclarecer as dúvidas, colocar o modelo proposto pelo governo
348 federal, ouvir as contrarrazões de vocês para que a gente consiga implementar isso. Nós
349 temos certeza que se optado pelo sistema de securitização será necessária aprovação de
350 leis estaduais e isso também tem um prazo para ocorrer, nós sabemos, então é
351 fundamental que após essa reunião até o dia vinte de abril, a gente consiga marcar ainda
352 na primeira semana de maio, entre dois e sete de maio, uma nova reunião desse
353 conselho, mas aí sim com posições a serem assumidas, para que a gente consiga
354 implementar essas posições a tempo de poder receber água ainda nesse ano senão a
355 gente não vai conseguir fazer isso. Então a proposição é essa: um conjunto de reuniões
356 com equipes técnicas dos estados entre o dia quinze e o dia vinte de abril e uma nova
357 reunião deste conselho já com encaminhamentos lá pela primeira semana de maio.
358 Posições?

359 **O SR. MARCELO ASFORA (SRH-PE):** Vou até reforçar um pouco esse pensamento
360 enquanto estado a gente não está tratando essa questão como se fosse cobrança pelo uso
361 da água, cobrança pela água é lá na bacia do São Francisco, é de fato uma água que o
362 estado está comprando, um serviço de fornecimento de água para atender a sua
363 demanda. Então até pelo ponto de vista... aquela água que vai ser usada, por exemplo,
364 só pela Compesa, na verdade não sei se precisaria mexer tanto na legislação porque é a
365 companhia de água que está adquirindo, de alguma forma, o suprimento de água para
366 atender a sua demanda. Quando entra usos múltiplos, aí sim tem outras questões que
367 precisam ser tratadas.

368 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Marcelo, a gente já discutiu esse assunto aqui
369 internamente, a nível de governo federal, e nós temos os nossos posicionamentos. A
370 gente queria exatamente nessa reunião entre quinze e vinte mostrar as nossas questões,
371 quer dizer, estará presente tanto, aqui no nosso caso estará presente a parte do
372 Ministério da Integração, a Casa Civil estará nessas discussões, o ministério do
373 planejamento estará nessas discussões e provavelmente a Fazenda e a Codevasf que é
374 quem tem que dar a chancela final federal em todo esse assunto também terá que estar
375 presente. A gente quer aqui com certeza o modelo que não seja o mais confortável, nós
376 queremos o modelo que seja o possível de ser aplicado olhando-se todos os prismas
377 dessa questão. Aqui nós não estamos buscando realmente uma coisa mais confortável
378 para o governo federal, não é isso, quando a gente fala da aprovação da lei é porque em



379 muitos casos as discussões que nós tivemos isso ao nosso modo de ver é necessário.
380 Mas eu acho que são questões que tem de ser discutidas com a área jurídica de quem
381 vier de vocês, com a nossa área jurídica que vai estar convocada, para que a gente
382 consiga avançar. Alguma colocação mais? Gilson?

383 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Nesse caso, Osvaldo, eu acho que seria
384 bom que o Ministério, na pessoa do próprio Ministro, para ter aqui uma equipe
385 multidisciplinar do estado, os estados funcionam como aqui em Brasília, precisa haver
386 um convite, o Ministro enviar para o Governador, solicitando que para dar continuidade
387 ao processo de discussão do pagamento do serviço de transferência de água do Projeto
388 São Francisco, convidar representantes das secretarias, da secretaria de Recursos
389 Hídricos, secretaria de Fazenda, Planejamento, aquilo que vocês consideram que é
390 importante discutir. Eu acho que seria bom mandar para essa reunião entre o dia quinze
391 e vinte uma solicitação que venha... que é para que as secretarias possam mandar
392 pessoas... um secretário pedir a um colega que mande alguém, explicar isso, ele pode
393 mandar uma pessoa que chegue aqui e não tenha... aí mandando uma carta a gente vai
394 lá comunicar e dizer o que é preciso, mas é bom que vá oficialmente uma manifestação
395 do ministro, solicitando ao governador que encaminhem representantes dessas
396 secretarias, das áreas, seja lá o nome que for, área de Fazenda, área de Planejamento, de
397 Recursos Hídricos, com a discussão sobre a forma como será estabelecido o pagamento
398 da água do São Francisco.

399 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Está aceito...

400 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** E da Procuradoria Geral do Estado, que
401 é importante para saber se precisa de lei de decreto, representante da área jurídica, da
402 área de Fazenda, área de Planejamento e área de Recursos Hídricos, eu acho que é
403 isso...

404 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Está acatado, nós vamos fazer dessa maneira. Eu
405 vou conversar com o Ministro, assim que a gente tiver a data fechada, o Ministro vai
406 fazer isso para que vocês possam trabalhar internamente e nós vamos tentar, se possível,
407 se conseguirmos fechar uma semana antes a nossa posição, que também é uma posição
408 que tem que ser fechada internamente, também tem uma conciliação grande para ser
409 feita antes, mas se nós conseguirmos fechar, assim que nós conseguirmos fechar a nossa



410 posição sobre os itens que a gente já tiver muita clareza, a gente já vai mandar para
411 vocês já virem para a reunião o mais *brifado* possível, para que seja um jogo fácil e
412 aberto para todas as partes poderem trabalhar em cima disso.

413 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Só reforçando, para ir já preparando os
414 estados. Tem toda a discussão do repasse dos reservatórios, então quem teria que vir
415 teria que estar com essa discussão sobre a gestão dos reservatórios que hoje estão com o
416 DNOCS ou mesmo Codevasf, passariam para os estados. Temos a discussão que é a
417 definição do valor que será cobrado pelo metro cúbico da água, digamos assim, em
418 termos de água bruta, que aí envolve, reforçando a questão de Fazenda e Planejamento,
419 porque não é só uma definição do valor que é só sobre o serviço, o serviço de manter
420 o...

421 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Sem dúvida, nós só estamos falando aqui, quem
422 fala em PPP, nós só estamos falando em *OPEX*, *CAPEX* está fora dessa conversa, está
423 totalmente absorvido pelo governo federal.

424 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Nós estamos falando de *OPEX* e aí vai
425 ter uma discussão, tem o custo que é o custo que é independente da quantidade que a
426 gente bombear vai ter que ter para que a coisa continue funcionando, nós estamos
427 falando do custo em relação à quantidade, nós estamos falando em relação a como que
428 vai ser feita a cobrança, e aí a discussão da securitização e o governo está aprofundando
429 uma proposta nessa linha e que vai muito no sentido do que vocês estão colocando em
430 relação ao conjunto de usuários. Não está muito claro para nós, e eu acho que foi
431 colocado pelo colega de Pernambuco, o debate do que seria feito, de como seria cobrada
432 a água que não seria fornecida ao consumidor final, seja ele industrial ou não, mas essa
433 discussão de como fazer a cobrança é outro aspecto e aí a discussão principalmente do
434 aspecto jurídico. Há uma discussão sobre garantia em relação ao pagamento desse
435 serviço. Há toda uma preocupação no âmbito federal no aspecto da Codevasf, a gente
436 conseguir isolar essa conta, isolar o projeto do PISF, em uma conta separada para que
437 não se misture no conjunto das atividades da Codevasf, para que a gente tenha uma ação
438 específica para isso, de tal forma que não só na discussão do recebimento mas na
439 transparência em relação aos valores todos tenham a clareza tanto das entradas quanto
440 das saídas do projeto, essa é uma preocupação porque à medida que entra na conta geral
441 isso é ruim para vocês e é ruim para nós, é um debate que depois envolve planejamento

442 por que tem discussão sob o ponto de vista econômico, exatamente de forma separada
443 para impedir que qualquer tipo de ação que venha nesse sentido, já que vai ter uma
444 receita própria para isso e quando se mistura tudo não funciona então a garantia do
445 estado em relação a esses pagamentos e também uma certa forma de compensação na
446 medida em que as contas em um mês podem ser positivas e no outro mês podem ser
447 negativas, então discutir o modelo de compensação exatamente para que o estado não
448 pague mais nem pague menos do que o equivalente que ele utilizou. Sobre esses
449 aspectos que nós precisamos ter os profissionais, então tem que ter um técnico que
450 domina o processo no âmbito das empresas estaduais, quanto à questão da Fazenda, a
451 Casa Civil tem um papel fundamental exatamente pela essa discussão ligada não só à
452 decisão final, mas também sobre o processo de cobrança. Então o perfil dos
453 profissionais seria basicamente esse, se a gente conseguir nesse convite do Ministro aos
454 governadores, poderia ser diretamente ao governador...

455 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Será.

456 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Já detalhando os temas que serão
457 discutidos e se possível uma semana antes a gente já ter uma proposta para que vocês
458 venham com alguma coisa mais concreta.

459 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Teixeira? João?

460 **O SR. JOÃO AZEVEDO (SERHMACT-PB):** Apenas uma observação, aproveitar
461 aqui a presença da ANA, seria bom que talvez, o doutor Paulo Varela está aí também, se
462 a gente pudesse já ter aqui, pelo menos em termos de conceituação, o que a agência
463 pensa com relação a essa questão da cobrança dos estados, como é que vai acontecer a
464 cobrança de águas federais, águas estaduais, quando essa mistura acontece, para que
465 isso fique mais claro para todos os estados. Se a ANA pudesse fazer um esclarecimento
466 ficaria até mais fácil para que a gente pudesse inclusive montar os nossos modelos
467 internos em cada estado.

468 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Bem, nós temos feito as contas, basicamente sobre a
469 oferta extra de água. Esse nível que você mesmo está colocando, como é que vai ser
470 feito, nós ainda estamos trabalhando, mas ainda não temos nenhum modelo fechado,

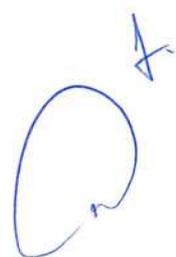
471 uma vez que tudo está sendo embasado em qual é a quantidade de água que entra em
472 cada portal, quer dizer, essa é água que efetivamente...

473 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Ou que sai de cada portal.

474 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Que entra, que entra, que entra. A água entra no
475 portal do estado, nós estamos olhando de montante, olhando sob esse prisma, no nosso
476 caso particular nós estamos olhando como regulador, quer dizer, é ali que se dá uma
477 quantidade de água que é entregue e que corresponde a essa quantidade o valor que
478 deve cobrir os custos operacionais. Então esse é o ponto chave. Essa questão do ponto
479 de vista de como é que a gente conta com as águas estaduais, qual é essa contabilidade,
480 veja, a água estadual ela tá ali disponível e esse tema eu diria que, no momento, pelo
481 menos, ele não é o maior problema porque os reservatórios todos, como vocês mesmos
482 atestaram, estão lá embaixo então todo mundo gostaria de ter a maior quantidade
483 possível de água nesse momento, então nesse momento em particular, vamos dizer,
484 esses estoques ou essas definições de qual é o nível da operação ótima em conjunto do
485 sistema isso é algo que não é trivial responder mas em que nível, isso é uma questão
486 muito ligada a esse próprio conselho, ao amadurecimento desse processo, quais são os
487 níveis justamente em que justamente a gente tem que deflagrar o início, porque de um
488 lado, e pegando o gancho, você está lá com seu estado com nível "x" do reservatório,
489 que risco você quer correr, quer dizer, eu tenho que respeitar qual risco o estado está
490 disposto a aceitar e ao mesmo tempo a gente tem que estar olhando o seguinte: Olha
491 você está assumindo um risco muito forte, depois se você quiser água você não vai ter...
492 Enfim, todas essas questões elas têm que estar embasadas, e foi muito bem lembrado
493 aqui, nesse processo. Eu acho que hoje em particular nós temos essa temática
494 simplificada pelo caso que nós estamos vivendo, todo mundo quer a maior quantidade
495 de água possível, mas esse é um tema que é vital e eu diria que leva um certo tempo
496 para a gente, vamos dizer, entender cem por cento esse processo, isso vai vir com o
497 aprendizado, mas estamos preparados para isso, mas ainda estamos no processo de
498 montagem desse sistema e a concepção dessas questões basicamente...

499 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Teixeira?

500 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Só uma preocupação, o Gilson colocou
501 a questão de ser apresentado o pensamento do governo federal...



502 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Sim.

503 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Os estudos sendo desenvolvidos, é
504 muito importante que essas reuniões para serem objetivas, com as equipes técnicas dos
505 estados, tenha a provocação por parte do governo federal, do que já avançou , do que já
506 foi feito, o pensamento, para o pessoal poder se inteirar do nível em que a discussão já
507 avançou, ou seja, provocar os estados: Olha, tem essa possibilidade, no nosso
508 pensamento o melhor caminho seria esse, queremos ouvir a opinião dos estados, de cada
509 área, para ver as dificuldades, na área legal, na área de Fazenda. Porque a gente aqui tá
510 discutindo como técnico, principalmente sobre a área de água mesmo, mas pode ter lá
511 até um setor de saneamento, que a gente já discutiu isso, mas pode ter coisas que, por
512 exemplo, uma dificuldade que eu enxergo, estou vendo o caso do próprio Ceará que
513 você conhece muito bem mas é diferente, por exemplo, da Paraíba, Rio Grande do
514 Norte... apesar de ter uma dificuldade hoje porque os sistemas não estão prontos,
515 adutoras que vão ser integradas ao sistema, mas é o estado que dois canais atravessam,
516 então você liga a adutora no canal, direto para atender ali, e você já tá... por isso que é
517 fácil pôr a companhia de saneamento, que a própria companhia de saneamento já pode
518 sair distribuindo a água, não tem aí um ator entre a companhia de saneamento e o
519 operador federal, que no caso do Ceará é a COGERH, porque primeiro nós vamos ter
520 que caminhar com essa água por quilômetros e quilômetros de rio, chegar em um açude
521 como o Castanhão ou chegar no Orós depois com o cinturão das águas e aquele ramal
522 do Salgado não ficando pronto, vocês sabem da dificuldade dessa água chegar, uma das
523 dificuldades legais que nós podemos ter é, assim, que tipo de benefício concreto a
524 população receberá mesmo para eu poder legalmente ter uma sustentabilidade legal de
525 cobrar o “seguro” da água do São Francisco, cobrar a securitização, não é? Certo? A
526 gente precisa associar o técnico e o legal, porque podemos ter problemas com o
527 Ministério Público Estadual: Não, você está cobrando aqui na conta de água do usuário
528 de Fortaleza, ou de uma determinada cidade, o benefício por ter uma segurança hídrica
529 maior, na realidade você vai cobrar é isso: O benefício por ter uma segurança hídrica
530 maior, mas essa segurança de repente não está sendo oferecida concretamente, a gente
531 tem que discutir muito como é que isso será visualizado pela própria população, pelas
532 autoridades legais constituídas, isso é importante, é uma dificuldade que nós podemos
533 ter.



534 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Nós achamos isso não só importante como essa é a
535 alma de todo o projeto. Esse projeto, quem pensou ele lá atrás teve uma linha de
536 pensamento muito sólida e muito tranquila, na hora que ele chegou e falou o recurso
537 hídrico de cada estado quem tem que gerir é o próprio estado, ele já anteviu que isso ia
538 acontecer porque nós estamos falando como conceito de projeto, perenização de rios...
539 Sempre foi, os canais são obras auxiliares que facilitam isso, mas não eliminam essa
540 situação e por isso é que se pensou em que os reservatórios que fossem receber água
541 passassem para a operação e a manutenção dos estados, ou seja, o governo também vai
542 providenciar essa parte, seria muito difícil para nós cobrar uma água em uma saída, ou
543 em uma entrada, de cada portal e em seguida jogar essa água em um reservatório
544 federal, quer dizer, é um negócio que não se sustenta mas nós estamos cientes disso e
545 por isso que nós vamos fechar uma posição, conforme eu falei, pretendemos enviar essa
546 posição antes para vocês para que vocês venham também já embasados e discutidos
547 internamente para que a gente faça alguma coisa produtiva, senão não vamos ter
548 grandes evoluções nisso daqui. Mais alguma colocação?

549 **O SR. WAGNER COSTA (FIEMG):** Essa conversa de necessidade de água nos deixa
550 muito preocupados e vigilantes porque nós também estamos enfrentando problemas de
551 disponibilidade de água, quero dizer, a gestão da vazão do rio São Francisco tem sido
552 motivo de discussão praticamente semanal com ANA e ONS porque é preciso manter os
553 reservatórios em um determinado nível de enchimento e nós estamos enfrentando
554 inclusive problemas de ajuizamento de ações para que as reduções de vazões não
555 aconteçam, para que o usuário à jusante das represas possam ter uma utilização
556 adequada de água. Então é uma preocupação muito nossa de dizer para as bacias
557 receptoras, os estados receptores, que uma coisa é a necessidade, outra coisa é a
558 possibilidade de ter essa água, porque à montante eu tenho usos múltiplos e eu preciso
559 manter a qualidade desses usos múltiplos para que possa ter o desenvolvimento da bacia
560 do São Francisco, que é a bacia doadora. Então é uma preocupação, o Comitê vai
561 acompanhar isso bem próximo justamente por causa dessa situação que nós estamos
562 enfrentando, lá também a seca está prejudicando muito, para vocês terem uma ideia
563 Três Marias está soltando hoje cento e cinquenta metros cúbicos por segundo para poder
564 melhorar o nível de reservatório dele que hoje está ao redor de trinta, trinta e seis por
565 cento de nível enquanto Sobradinho também está com uma vazão de oitocentos metros
566 cúbicos por segundo, o ajuizamento da ação tinha elevado para novecentos metros

RPO

Wagner Costa

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large circle and a signature.

567 cúbicos por segundo mas foi ganho uma liminar que reduziu para oitocentos e essa
568 discussão está acontecendo sempre, o que nos preocupa muito, é que está sempre se
569 discutindo uma situação emergencial e em momento algum se tem um plano para o
570 futuro, para garantir que essa vazão aumente. Agora mesmo o TCU obrigou o
571 Ministério do Meio Ambiente a fazer uma ação junto com a Codevasf no sentido de
572 revitalização do rio, porque o TCU entendeu que o programa não foi à frente e que
573 precisa ser trabalhado e essa é uma questão que nós temos discutido amplamente que é
574 também a questão do comitê da revitalização, que não se reúne há muito tempo e que é
575 de grande interesse também para as bacias receptoras. Se nós não fizermos o mesmo
576 tipo de ação que vocês estão fazendo para receber a água para poder trabalhar a
577 revitalização provavelmente tudo o que nós estivermos discutindo aqui, a persistir a
578 questão da seca como ela está, nós não vamos ter água para poder transpor, para poder
579 beneficiar os receptores. Então eu acho que este conselho deve também procurar o
580 ministério do meio ambiente e mobilizá-lo, sensibilizá-lo para que implante, para que
581 ponha para funcionar o tal comitê de revitalização para que a gente possa ter pelo menos
582 uma garantia de que a mesma ação que foi feita aqui para a absorção dessa água nós
583 tenhamos lá em cima para ter garantia de que vamos ter volume à necessidade do que
584 estamos solicitando. Nesse primeiro momento, eu acho o seguinte, necessitados todos
585 nós estamos, precisamos verificar o seguinte: Qual é o volume que nós podemos utilizar
586 sem estar absorvendo a necessidade plena que cada um de nós tem direito.

587 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Bom, quanto a esse comentário eu tenho duas
588 colocações a fazer. A primeira é que o Ministério do Meio Ambiente faz parte deste
589 conselho, tem assento e se quiser se manifestar se manifeste, mas ele faz parte deste
590 conselho e o assunto da revitalização, eu posso te dizer claramente, é uma das
591 prioridades desse governo. Eu gostaria de dar um testemunho pessoal em relação ao
592 Ministério da Integração, eu não posso falar pela coordenação da revitalização, porque
593 ele é um assunto que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas em relação
594 específica a todas as obras de revitalização que estão sendo implementadas pelo
595 Ministério da Integração, elas têm prioridade inclusive em relação ao recebimento do
596 próprio PISF. O único centavo que não foi nunca contingenciado em relação a Codevasf
597 é isso, é uma realidade. A segunda coisa é que quando eu falo a necessidade de água de
598 cada estado eu também deixei claro que é em relação a outorga concedida pela ANA, a
599 futura ampliação dessa outorga ou não esse conselho não está discutindo ainda. O que



600 nós estamos discutindo aqui é a outorga de vinte e seis ponto quatro metros cúbicos por
601 segundo que foi concedida quando da elaboração do projeto executivo. Só para
602 esclarecer esses dois pontos. O Ministério do Meio Ambiente quer falar alguma coisa?

603 **O SR. JÚLIO KETTELHUT (MMA):** Nós recebemos o comunicado do TCU sobre a
604 questão da revitalização e o ministério está tomando as providências internas, foi criado
605 um grupo para tomar as devidas providências. Nós fomos os coordenadores da primeira
606 parte do programa de revitalização, mas infelizmente ou felizmente nós não somos o
607 maior acionista. Então, mas o Ministério está tomando as providências, está bem
608 preocupada a ministra e a nossa Secretária de infraestrutura com essa situação e com o
609 acórdão do TCU.

610 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Deixar claro o seguinte: Quando eu falei que ele é
611 o coordenador não estou querendo jogar a culpa nele não, muito pelo contrário, somos
612 solidários, parceiros e divisores de responsabilidades em relação a isso e achamos que o
613 entrosamento que existe entre o Ministério do Meio Ambiente hoje com o Ministério da
614 Integração é extremamente salutar e será muito bom para a revitalização de bacias, não
615 só a do São Francisco, mas como as outras existentes.

616 **O SR. WAGNER COSTA (FIEMG):** Da mesma forma eu queria dizer que o Comitê
617 da Bacia do São Francisco não quer aqui ficar só atirando pedra, ele está aqui também
618 disponível e pronto para cooperar e para participar desse processo.

619 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** O seu presidente tem deixado isso claro nas
620 reuniões semanais que estão sendo feitas lá na ANA. Pois não Marcelo?

621 **O SR. MARCELO ASFORA (SRH-PE):** Queria dentro dessa discussão lembrando
622 que existe uma reunião semanal em relação operação do reservatório conforme essa,
623 coordenado pela ANA, e justamente para discutir as defluências de Três Marias,
624 Sobradinho, e a partir dessas reuniões, com interesse para que nós não tenhamos no
625 futuro que resolver situações emergenciais, se criou um grupo para justamente cumprir
626 as regras da operação, acho que todos aqui sabem disso.

627 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Sim

628 **O SR. MARCELO ASFORA (SRH-PE):** Eu achei que talvez em algum momento a
629 discussão do uso da água da transposição também seja incorporada a esse conjunto,
630 talvez desse grupo de trabalho para que se discuta a demanda da água do São Francisco
631 de uma forma unificada, de uma forma mais integrada, eu não como que, assim se esse
632 comitê teria uma representação desse grupo também ou vice-versa eu acho que seria
633 bastante salutar.

634 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Nós podemos providenciar isso e eu vou te dizer, é
635 claro que meu vício de engenheiro aqui é resolver as curvas de acordo com a prioridade
636 que eu tenho, hoje eu tenho uma prioridade de prazo que é a questão em relação às secas
637 e disponibilidade de água, então é obvio que nós vamos focar nesse primeiro momento
638 na soluções dos problemas que começamos a reunião aqui, mas este é o fórum adequado
639 pra gente tratar futuramente porque estão todos os agentes aqui relativos a isso, está a
640 bacia doadora, da bacia receptora, os quatro estados beneficiados, estão o governo
641 federal que tem que fazer o pacto federativo funcionar, dentro desse fórum, e a gente vai
642 ter toda a participação em relação a todo assunto envolvendo essa exploração da água
643 por questão de uso múltiplo, uso para as pessoas, dessedentação de animal, mas isso
644 tudo será dentro do próprio contexto do conselho. Mas alguma colocação?

645 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Deixa eu só fazer um esclarecimento, estou
646 entendendo que o grupo que o Marcelo colocou é o grupo que a ANA

647 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Isso... criou.

648 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Vamos dizer está estruturando porque só queremos,
649 outro dia não tínhamos tido a resposta de todos, Pernambuco inclusive e o São
650 Francisco, recebemos essa semana e estávamos aguardando isso para fazer a primeira
651 reunião, porque é muito ruim fazer uma reunião sobre um tema tão relevante onde os
652 autores vamos dizer, compostos dessa primeira etapa não estão presentes. Então eu
653 acredito que nos próximos dez dias estaremos fazendo a primeira reunião, e que o
654 objetivo desse grupo é justamente criar regras operacionais para que a gente incorra
655 cada vez menos de situações críticas, ou seja aumente a segurança hídrica da bacia,
656 fundamentalmente é esse o tema, ou seja compatibilizar efetivamente, isso a gente tem
657 sempre a cooperação ONS no sentido de vamos dizer, de as vezes até diminuir a
658 flexibilidade na operação energética, hidro energética, mas com isso é um ganha-ganha

659 como foi o que aconteceu no bacia rio Paraíba do Sul, enfim essa primeira etapa é
660 justamente no âmbito de quem tem participado semanalmente como tá falando desse
661 processo, e depois incorporando a ONS que aí já tem toda uma memória e uma tradição
662 de operação, para que a gente encaminhe nessa linha, cada vez mais chegar com o
663 reservatório menos vazio, esse é o grande objetivo. Bem lembrado isso e eu me
664 comprometo em nome da ANA a trazer para esse conselho aqui sempre o que está
665 acontecendo nesse ambiente, etc., mas isso significa só o seguinte: As outorgas todas
666 estão garantidas, não há nenhum risco em relação a esse risco, a esse ponto, e
667 lembrando que em geral quando isso ocorre é muito em função de nível, na vazão nós
668 não temos problemas absolutamente nenhum em relação a essa questão de usos da água.

669 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Bom já que... João?

670 **O SR. JOÃO AZEVEDO (SERHMACT-PB):** Como sugestão, que fosse apresentada
671 aqui no conselho plano que está sendo elaborado, plano de desenvolvimento que está
672 sendo elaborado pela secretaria de desenvolvimento da regional, tendo como a água, as
673 águas de São Francisco como indutor principal, está sendo elaborado um plano, está
674 sendo feito um estudo, e se pudesse trazer para cá eu acho que seria importante para,
675 não só para nivelar informação, mas para começar a dar indicativos de uso que estão
676 sendo pensados lá nesse plano que está sendo desenvolvido pelo próprio Ministério da
677 Integração, se pudesse trazer para cá seria bom.

678 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Eu vou conversar com o Secretário da Secretaria
679 de Desenvolvimento Regional, e vou procurar saber em que pé está esse plano e nas
680 próximas reuniões a gente vai tratar desse assunto. Eu gostaria de deixar então como
681 encaminhamento as questões que nos falamos aqui, uma reunião com as áreas técnicas
682 que o Ministro da Integração vai mandar uma comunicação aos governadores de
683 estados, solicitando com a participação da área de Recursos Hídricos, Fazenda,
684 Procuradoria Geral dos estados, Casa Civil, Planejamento, para que a gente juntos com
685 seus pares aqui no governo federal consigam avançar e evoluir com relação aos modelos
686 que nós temos que implantar até lá, certo? E na primeira semana de maio também será
687 convocado uma reunião extraordinária desse conselho para que a gente consiga fazer o
688 retorno das questões colocadas lá. Eu estou falando maio, o prazo é apertado, mas é que
689 nós temos que olhar o tempo que a seca nos dá também. Todos os estados aqui são
690 unanimes que a gente precisa chegar com água no final do ano em diversos lugares aqui



691 senão teremos problemas sérios no decorrer de março e fevereiro no ano de 2017, então
692 por isso dessa celeridade e por isso é necessário que todo mundo aqui participe
693 ativamente e contribua ativamente para que a gente consiga evoluir. Isso posto da minha
694 parte está encerrado e se tiver alguma colocação a ser feita, por favor.

695 **O SR. RENATO DALLA LANA (MME):** A gente também está acompanhando
696 semanalmente as reuniões da ANA, e realmente é bastante preocupante essa questão,
697 também nos preocupa essa outorga, ela é definida anualmente independente de escassez
698 ou não. Nós no setor elétrico já estamos trabalhando com tarifas diferenciadas, estamos
699 trabalhando com tarifa vermelha, tarifa verde, tarifa amarela, isso dá uma sinalização
700 para quem usa a água e temos nos que começar a trabalhar nisso também. Eu entendo
701 que a água é um bem que começa a ficar muito caro, em determinadas épocas do ano
702 nós não temos disponibilidade, foi muito bem comentado pelo comitê e hoje a
703 defluência em Sobradinho foi reduzida bastante até para garantir que haja esse
704 reservatório, que haja atendimento a todos os usuários, então eu acho que é importante
705 começar a trabalhar com a tarifa diferenciada para período de escassez e, nós do setor
706 elétrico já trabalhamos dessa forma, então nós garantimos a energia para todos mas em
707 períodos em que nós precisamos manter a segurança é cobrado um pouco a mais, então
708 eu acho que vocês que vão iniciar esse processo acho que é importante pensar dessa
709 forma. Outra coisa que me preocupa é que essas reuniões do Conselho Gestor estão
710 muito demoradas, assim confesso que passou muito tempo e a gente não tomou
711 atividade, me preocupa a questão da contratação da energia, porque precisa um
712 planejamento antecipado porque o custo da compra da energia no curto prazo ele é
713 muito mais caro do que o custo da compra que você planeja, que você pode comprar no
714 leilão em longo prazo os custos são bem menores, então na sociedade, para quem vai
715 usufruir desse benefício para o estado é bom que nós tenhamos esse planejamento bem
716 antecipado acho que é oportuna essa reunião agora entre os técnicos para definir os
717 valores de outorga para que se possa... Codevasf planejar quanto que ela precisa
718 comprar de energia, porque sem energia não tem movimentação de bomba. Tem mais
719 algum ponto Guilherme?

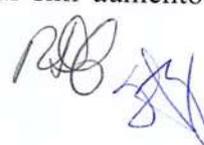
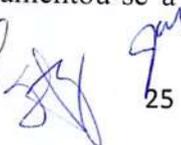
720 **O SR. GUILHERME GODÓI (MME):** Guilherme Godói, MME, eu gostaria também
721 de contribuir um pouco em relação ao estabelecimento de uma, vamos supor uma taxa
722 para não só os clientes diretamente beneficiados pela água da transposição, mas para os

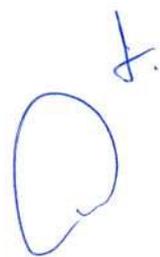


723 demais usuários do estado, imagino que é sim uma atitude que deve ser feita no setor
724 elétrico, paralelo com os pares aqui também é assim, nos casos isolados por exemplo
725 todos do país pagam pelo caro fornecimento dos sistemas que estão isolados, se a tarifa
726 fosse cobrado somente deles não teria sustentabilidade e impossível de ser bancada. Eu
727 só deixo uma reflexão em relação esse tema: que essa tarifa, taxa vamos dizer assim, ela
728 deve ser avaliada e ser cobrada proporcionalmente ao consumo, os grandes têm
729 condições de pagar mais do que os pequenos. E outra reflexão é: se essa taxa para vocês
730 que vão trabalhar diretamente e estabelecer, se ela deve ser estabelecida um valor
731 antecipado que todos já tenham conhecimento, por exemplo: no setor elétrico existem as
732 bandeiras tarifadas, como o Renato falou, dá o indicativo de que “olha o sistema está
733 assim”, aí gradativamente vai aumentando de acordo com que a situação piora, ou
734 também no setor elétrico são cobrados encargos setoriais em cima de geração
735 excepcional devido a situação de escassez enfim, que esses são contabilizados e no mês
736 posterior é rateado proporcionalmente ao consumo de cada um , então também é uma
737 forma de se cobrar, ou se estabelece um valor antecipado ou se cobra no mês
738 subsequente rateando o proporcional ao consumo, então são só algumas reflexões para
739 quem vai trabalhar diretamente no estabelecimento dessas tarifas, e por último , isso
740 ainda no segundo semestre do ano passado lá no ministério nós tivemos várias
741 discussões, que a gente também acompanha as reuniões da ANA semanais, essas
742 vazões, essas defluências minimizadas como estão sendo praticadas desde 2014 vem
743 diminuindo e hoje está em oitocentos, as captações do projeto é preciso verificar se isso
744 já foi mesmo em algum momento mais crítico já foi impactado a captação a...

745 **O SR. OSVALDO GARCIA(MI):** Não, pelos nossos cálculos o impacto começa a
746 acontecer próximo de setecentos, certo, um pouco, entre setecentos e seiscentos gente
747 imagina que uma das captações terá problema, a segunda captação que é no Lago
748 Itaparica ela vai entrar com problema se vocês chegarem no morto, aí realmente nós
749 vamos ter problemas de captação, se não isso está equacionado, está pensado.

750 **O SR. GUILHERME GODÓI (MME):** Certo. Mas isso eu só levanto porque a gente
751 tinha essa dúvida lá, e enfim, se existir é o momento de se sentar e de se ver, e essas
752 questões pontuais podem ser resolvidas com operação conjunta, lá nessas reunião em
753 alguns momentos você deflui mais para alguma outra necessidade, por exemplo tirando
754 os problemas de algas que surgiram em alguns locais em que aí sim aumentou-se a

  25



755 defluência para ter uma vazão e eliminar aquele problema, então tudo isso pode ser
756 operacionalizado nos momentos críticos, então são estas questões que nós temos a
757 entender.

758 **O SR. OSVALDO GARCIA(MI):** Só lembrar um assunto, área de saneamento ela está
759 muito acostumada e pratica subsídio cruzado há muitos anos, certo? Então os preços de
760 tarifas nos estados geralmente são equalizados pela média, exatamente com os sistemas
761 isolados ficam impraticáveis de serem operados caso você jogue o custo dele lá na
762 média, então o estado de São Paulo a cidade de São Paulo, por exemplo, tem um custo e
763 se você for fazer em outra cidade lá no interior tem outro muito mais caro e assim por
764 diante, então isso já é uma coisa praticada, agora isso tudo é reflexão que a gente tem
765 que levar para casa, melhorar, fazer e construir um modelo o mais adequado possível
766 para o futuro.

767 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Só uma questão, gostaria de chamar o
768 ministério de Minas e Energia para compor o nosso grupo federal, boa parte das
769 questões que você levantou na prática...

770 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Nós já discutimos isso, eu posso convidá-lo como
771 ouvinte, não posso convidá-lo como participante.

772 **O SR. GILSON BITTENCOURT (MPOG):** Acho que isso facilita na discussão.

773 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Coloca na agenda para a gente convidar todos os
774 membros federais.

775 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Eu acho fundamental, Osvaldo, a
776 participação do setor elétrico, até porque tanto a gente pode aprender como eles
777 colocaram essa questão de caminhar no sistema tarifário mais adequado, o setor de água
778 no semiárido, sobretudo, é muito parecido com o setor elétrico. Lá no Ceará nós
779 estamos contratando estudos agora no âmbito do Banco Mundial, exatamente querendo
780 criar bandeira vermelha para nossa tarifa de água, ou seja, nós temos água em
781 reservatórios, então até água subterrânea no Ceará só no Cariri, então nossos
782 reservatórios, estabelecido uma cota de risco, um volume de alerta, a gente já trabalha
783 um pouco com isso, que preço da água nos daria a partir desse estoque de água, como
784 também o futuro eu acredito que quase todo o nordeste brasileiro, Fortaleza

785 especialmente, ela... só o projeto de São Francisco não se basta para Fortaleza, nós não
786 já temos, está sendo feito um grande plano pela prefeitura de Fortaleza, o Fortaleza
787 2040, e está entrando a parte de água também e nós vamos precisar de uma grande
788 estação de reuso de água, não jogar o esgoto no mar, de Fortaleza, e vamos precisar de
789 uma unidade de salinização de água de água do mar, que aí a unidade de salinização
790 funciona como a termoelétrica funciona no setor elétrico, se não está precisando dela
791 você tem que ter um *take-or-pay* pra ela ficar lá pra ficar lá pagando e quando precisa
792 ela entra e aumenta o custo.

793 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Curiosidade, tem custo dessas soluções? Tem
794 custo estimado para essas soluções?

795 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Nós temos um bocado de coisa já,
796 recebemos vários investidores e dentre os programas de PPPs que o estado está
797 estabelecendo, tá com a parceria lá muito boa com a federação das indústrias do Ceará,
798 é o Brasil Competitivo, e lá a FIEC fez uma parceria com a secretária de planejamento e
799 estão sendo escolhidos certos investimentos com participação da iniciativa privada, um
800 deles é uma unidade de reuso de água e a CAGECE já tem uma parceria, uma SPE com
801 uma empresa francesa, a Veolia, e pra fazer essa unidade de reuso, e a unidade de
802 salinização nós estamos discutindo, Pecém, onde é que fica, aí há alguns interessados
803 dois grupos espanhóis, israelenses...

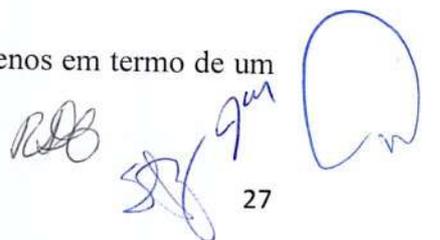
804 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Mas vocês já chegaram a avançar em termos de
805 saber o custo estimado que vocês estão trabalhando no projeto?

806 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Só por cima. Vai de três e meio reais...
807 depende do dólar, isso dolarizado, até em Israel isso é dolarizado.

808 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Três e meio reais o metro cúbico, é isso?

809 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Tem que ter garantia até da flutuação da
810 moeda, para você ter ideia até as unidades de salinização em Israel tem garantias contra
811 a flutuação da moeda, se o dólar varia em relação a moeda deles...

812 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Você está falando mais ou menos em termo de um
813 dólar por metro cúbico é isso?

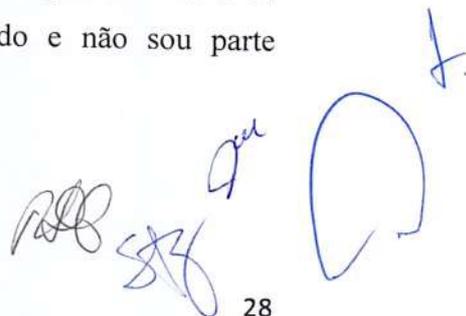


814 **O SR. FRANCISCO TEIXEIRA (SRH-CE):** Olha, a grande estação lá de Israel que é
815 7 m³/s, a de *Sorek*, é 58 centavos de dólar o m³, mas é porque é uma escala muito grande
816 né? É uma das maiores do mundo, é 7,4, em média eles fornecem 6,2 m³/s, mas ela tem
817 uma capacidade de sete e tanto, aí você consegue um escala e então oferece por 58
818 centavos de dólar, a COGERH de lá compra essa água, ou CAGECE, uma companhia
819 de saneamento compra porque é água tratada já... é muito similar ao setor elétrico: lá
820 eles tem uma grande tubulação nacional em que vem água superficial, água de poço e a
821 água do mar, quem recebe a água seja irrigante, seja usuário numa cidade como
822 Jerusalém, não sabe de onde vem a água, é como a energia, se vem do Mar da Galileia ,
823 se vem de poço, se vem da unidade de salinização, tudo é dentro da mesma tubulação. É
824 assim que o setor de água vai caminhar, daí a necessidade de poder seguir o bom
825 exemplo do setor elétrico. Gostei também da visão de múltiplos usos que a ANA tá
826 introduzindo na parte da gestão das águas do São Francisco, para a energia não ser um
827 uso tão preponderante assim, que eu imagino o reservatório de Sobradinho, assim como
828 o Castanhão está para nós, Sobradinho está para o Nordeste inteiro, se Sobradinho ficar
829 sendo operado na lógica preponderante no setor elétrico, aí vamos ter problema no
830 futuro, porque eu acho que é a água que o Nordeste vai ter no futuro, fora a do mar,
831 então precisa de os grupos começarem a discutir isso. Vamos apostar na eólica, na solar,
832 eu sei que é complementar, tem um caráter complementar... para tirar o encargo da
833 geração de energia de cima do rio São Francisco, usar aquela visão que a gente viu lá no
834 Rio Colorado nos Estados Unidos que a energia é gerada na esteira dos outros usos,
835 quando você tem que 70% da água de uma região vem de um manancial a gente tem
836 que começar a pensar na preponderância do uso da energia.

837 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Só para fazer um adendo que... complementar na
838 verdade, é uma questão de conciliação de interesses já que a gente jamais vai perder de
839 gerar energia, é claro, aqui é um caso mais simples porque é ganha-ganha basicamente,
840 então me parece...

841 Eu queria aproveitar Osvaldo, eu estou vendo que está caminhado para o final e eu
842 particularmente fico muito à vontade porque eu sou convidado e não sou parte
843 integrante desse conselho...

844 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Você é regulador.



845 **O SR. JOÃO LOTUFO (ANA):** Eu sou regulador, nós somos reguladores e tem uma
846 plateia grande aqui de reguladores, e eu tenho a impressão que está todo mundo aqui
847 eufórico, eufórico pelo avanço porque é a primeira vez que a gente está se aproximando
848 de ver o jogo começar, e a gente está percebendo que apesar da colocação que foi feita
849 aqui, a baixa frequência etc. e tal, nós estamos vendo que todos os lados estão muito
850 amadurecidos e estamos aqui preparados com um sincronismo que a gente percebeu
851 aqui até então realmente fantástico, estão eu queria parabenizar não só o MI, todo o
852 governo né, mas também os governos estaduais pelo grau que a gente percebeu aqui de
853 amadurecimento e de vontade de realmente fazer com que a gente consiga ver essa água
854 e a gente consiga regular esse processo adequadamente, então eu acho que a gente tem
855 que comemorar essa etapa e justamente pisar no acelerador para avançar no processo.

856 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** É... usando as suas palavras o jogo que nós
857 estamos tentando praticar aqui é o de ganha-ganha, nós queremos trazer água, para
858 trazer desenvolvimento, para trazer evolução, para trazer mais receitas e para trazer um
859 monte de coisa que a gente precisa nesse país, é isso que a gente está tentando fazer.

860 **O SR. OSVALDO GARCIA (MI):** Exatamente. Então, não existe gente, eu sou um
861 cara, sou um nascido no sul, morador do sudeste mas eu sou brasileiro porque eu já
862 trabalhei no Brasil inteiro, basicamente sete anos no amazonas e tudo mais, mas me
863 impressiona cada vez que eu vou no nordeste e vejo o que que a ausência de água faz
864 com a região certo, um negócio realmente significativo, quem ainda não teve a
865 oportunidade, se tiver visite o projeto, visite as áreas contíguas para você ver a diferença
866 que nós iremos fazer ao longo dos anos, mas para isso eu tenho certeza que a palavra
867 sustentabilidade do sistema vai ter que ser preservada a qualquer custo, então eu volto a
868 falar para nós o desafio da obra é o primeiro desafio que nós estamos vendo ali na
869 possibilidade de acabar, é claro que é muito difícil a gente falar em uma reunião de
870 conselho, e eu entendo isso, fazer reuniões de conselho quatro anos atrás deveria ser a
871 coisa mais maçante do mundo, porque você faz uma reunião sobre uma coisa que você
872 não está nem enxergando quando vai acabar, é claro que agora nós temos um horizonte
873 muito claro na frente, o Teixeira deve ter vivido essa fase, nós estamos num horizonte
874 muito claro na frente de entrega, então fica muito mais simples para nós conseguirmos
875 projetar essa visão, mas é fundamental também que a gente seja célere para que a gente
876 consiga fazer o melhor modelo possível, e esse modelo é um modelo que eu tenho

RLB

9/11

J



877 certeza que ficará aberto eternamente e sofrerá evolução constante. Voltamos a falar o
878 grande desafio que o MI enxerga não é a obra, é a gestão deste projeto. Então eu
879 gostaria de agradecer a todos, dar por encerrada a reunião, e a gente vai comunicar a
880 vocês as próximas reuniões tanto a técnica quanto a extraordinária deste grupo, muito
881 obrigado, boa tarde.

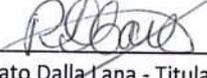


Antônio Luitgards Moura - Titular

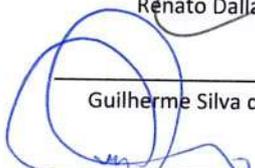
Jimmu de Azevedo Ikeda - Suplente

Marcelo Senna Valle Pioto - Titular

João Alberto Travassos Evangelistas - Suplente



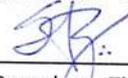
Renato Dalla Lana - Titular



Guilherme Silva de Godoi - Suplente

Manoel Renato Machado Filho - Titular

Marcel Olivi Gonzaga Barbosa - Suplente

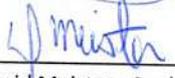


Sérgio Antônio Gonçalves - Titular

Renato Saraiva Ferreira - Suplente



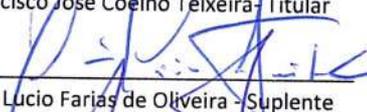
Dermeval da Silva Júnior - Titular



David Meister - Suplente



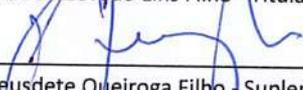
Francisco José Coelho Teixeira - Titular



João Lucio Farias de Oliveira - Suplente



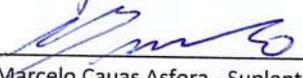
João Azevedo Lins Filho - Titular



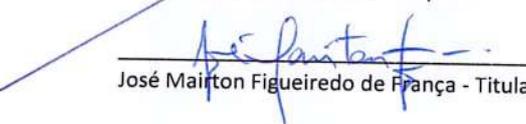
Deusdete Queiroga Filho - Suplente



Mário Cavalcanti - Titular



Marcelo Cauas Asfora - Suplente



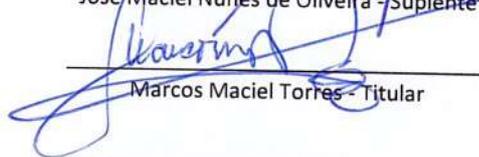
José Mairton Figueiredo de França - Titular

Josivan Cardoso Moreno - Suplente

Anivaldo de Miranda Pinto - Titular



José Maciel Nunes de Oliveira - Suplente



Marcos Maciel Torres - Titular

Elias da Silva - Suplente